

# HUMANIZAÇÃO E DESUMANIZAÇÃO NO JORNALISMO: ALGUMAS SAÍDAS

Jorge Kanehide Ijuim

Universidade Federal de Santa Catarina/Brasil



2014

## Índice

1	Jornalismo humanizado: uma redundância?	2
2	Que humanização?	4
3	Análise: O que desumaniza no jornalismo?	6
4	Síntese: Raízes	9
5	Autonomia ou individualismo?	11
6	O negativo do positivo	12
7	Jornalismo humanizado... é possível?	12
	Considerações finais	14
	Referências	16

### Resumo

O presente trabalho visa contribuir com a reflexão sobre o que humaniza e o que desumaniza o jornalismo. Para este intento, apresento um panorama sobre algumas correntes humanistas, desde o Humanismo Clássico, a partir do século XV, até o Humanismo Universalista, amadurecido na segunda metade do século XX. Deste panorama extraio os aspectos que considero fundamentais para a caracterização do meu entendimento de humanização do jornalismo. De outro lado, foi necessário identificar alguns aspectos do pensamento moderno que operara na construção do jornalismo contemporâneo. Ao considerar esta noção como uma postura diante do mundo e uma abordagem no fazer jornalístico, apresento, à luz desta perspectiva universalista, uma alternativa que pode colaborar para compreensão do jornalismo e,

<sup>0</sup>Publicado originalmente na Revista Comunicação Midiática, Unesp/Bauru, 2012.

<sup>0</sup>Doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo; E-mail: ijuim@cce.ufsc.br.

por conseguinte, sobre a atuação do jornalista.

**Palavras-chave:** fundamentos do jornalismo, jornalismo humanizado, narrativas jornalísticas, humanismo.

## 1 Jornalismo humanizado: uma redundância?

O título deste trabalho pressupõe a possibilidade de um jornalismo humanizado. Por isso, suscita a primeira discussão: existe um Jornalismo humanizado? Há um jornalismo que desumaniza?

Se o fazer jornalístico é um ato de comunicação, temos que a comunicação é uma questão essencialmente social. Como esclarece Colin Cherry, o homem desenvolveu diferentes sistemas que lhe tornam possível a vida social. Não para simplesmente atender às necessidades de preservação e sobrevivência, mas num sentido desconhecido dos animais. Entre todos esses sistemas, o mais importante é a fala e a linguagem. O autor sublinha que o desenvolvimento da linguagem se reflete de volta no pensamento, pois com a linguagem os pensamentos podem se organizar e novos pensamentos surgirem. Assim,

A consciência de si próprio e o sentido de responsabilidade social apareceram como resultado de pensamentos organizados. Sistemas de ética e de leis foram edificados. O homem se tornou uma criatura social, consciente de si própria, responsável (Cherry, 1971:23).

Por esta linha de argumentação, comunicar de maneira complexa é atributo da in-

teligência peculiar ao ser humano. Esta comunicação, do latim *communicare*, ganha o significado de partilhar, compartilhar ideias, pensamentos, informações. E o jornalismo, como um ato de comunicação, surgiu exatamente por esta capacidade dos humanos de criar sistemas que lhes permitam partilhar informações, pensamentos e ideias. Portanto, sim, o fazer jornalístico é uma ação humana. Cabe, no entanto, o questionamento: – o jornalismo já surgiu humanista, ou humanizador?

Os primeiros periódicos com as características essenciais que conhecemos hoje – atualidade, periodicidade, universalidade e difusão – surgiram no século XVII, na Alemanha. Como destaca Nilson Lage, era um meio à disposição da burguesia, então crescente, e operava como fator de acumulação de capital mercantil (Lage, 1985: 10-11).

Mas o jornalismo moderno construiu suas bases quando esta burguesia quis lutar em outras frentes e avançar sobre os palácios. As sociedades sentiram a necessidade de circulação de notícias que superassem seu caráter utilitário imediato. Além de publicar notícias, os jornais passaram a ser espaço privilegiado para disseminar ideias. Tais esforços impulsionaram movimentos como a Revolução Francesa, que desencadeou mudanças profundas no quadro político por toda a Europa, como colaboraram para alterações fundamentais no sistema econômico, marcadas essencialmente pela Revolução Industrial.

A ascensão da burguesia não foi decorrência do simples progresso material. O movimento Humanista (ou Renascimento), a partir do século XV, preparou o caminho para uma Era Antropocêntrica. O “penso, logo, existo”, de Descartes (1589-1610), iniciava a caminhada na busca da autonomia do ho-

mem. A dignificação humana e sua autonomia se contrapunham ao fatalismo medieval da Escolástica Tomista, que integrava razão e fé. Na mesma trilha, os preceitos iluministas, entre eles os de “liberdade, igualdade e fraternidade” – bandeiras da Revolução Francesa – foram inspiração para o pensamento moderno, tanto de bem-estar através do crescimento econômico, como de socialização de saberes, de igualdade social.

Os jornalistas pioneiros e a imprensa tiveram papel determinante nesse processo de compartilhar informações e, em especial, disseminar o pensamento moderno. Foi o jornal alemão *Berlinische Monatsschrift* que publicou, em dezembro de 1784, a resposta de Immanuel Kant à pergunta “O que é o Esclarecimento?”

Por uma conjugação de fatores, entre eles as facilidades propiciadas pelo desenvolvimento tecnológico (Revolução Industrial), pelo crescimento econômico e o aumento da população alfabetizada, que a imprensa sedimentou suas bases como empresa capitalista, no século XIX. De atividade artesanal passou a constituir organizações profissionalizadas, mantidas e movidas pelos interesses comerciais.

A Imprensa enquanto instituição ingressou no século XX com heranças valiosas e fundamentais da modernidade. Estas lhe permitiram cumprir seu papel de modo a adquirir credibilidade, ser elemento da cultura essencial para a condução e tomada de decisões. Na análise de Kovach e Rosenstiel, “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (2004: 31). O espírito destas considerações decorre das heranças aqui referidas, entre elas o preceito da busca da verdade em

contraposição à propaganda de instituições ou de personalidades. Para Fraser Bond, os deveres do jornalismo estão calcados nas noções de independência, imparcialidade, exatidão, honestidade, decência e responsabilidade (1962: 17-19). Estes, igualmente, são legados caros do pensamento moderno que colaboraram para a legitimação da atuação da imprensa.

Por essas razões, pode-se afirmar que o jornalismo é desenvolvido graças à exclusiva capacidade humana de criar sistemas de comunicação. Como foi sistematizado, sobretudo a partir da modernidade, este incorpora os influxos humanizadores do pensamento moderno, o que lhe proporciona a oportunidade de operar no processo de humanização da sociedade. Mais, uma vez, vale a complexificação do questionamento inicial:

– Todos os preceitos da Modernidade repercutiram de maneira humanizada na sociedade? E, por isso mesmo, todo jornalismo é humanista, ou humanizador?

## 2 Que humanização?

Para explicitar de que humanismo estamos tratando, é oportuno apresentar uma breve reflexão em torno do tema. Pretendo chegar ao Humanismo Universalista, amadurecido ao longo do século XX e início deste milênio. Este acumula a experiência ocidental, critica-a e procura suplantar suas imperfeições. Esta trajetória é interpretada por Salvatore Puledda, em *Interpretazioni dell’Umanesimo* (título original de 1999), do qual extraio algumas ideias.

O Humanismo Clássico, nos séculos XV e XVI, foi um esforço para relativizar o teocentrismo medieval em busca de uma nova visão do homem. Entre os intelectuais, passou

a prevalecer a perspectiva antropocêntrica – o homem como o centro das indagações e preocupações. Este voto de confiança ao ser humano retomou os valores greco-latinos. No entanto, este mais preparou do que marcou a ruptura mais aguda ao pensamento medieval.

As mudanças mais profundas tomaram corpo em decorrência do progresso científico experimentado a partir do século XVI, o que ficou conhecido como a era da Revolução Científica. Tais eventos interagiram com a evolução do pensamento iluminista. O trabalho de Descartes sobre o particular e o universal foi retomado por Immanuel Kant (1724-1804), no mesmo objetivo de buscar a maioridade – autonomia do homem pelo uso da razão. O ‘esclarecimento’ estabeleceu as bases para o desenvolvimento da era Moderna – a humanização da sociedade pela socialização do saber.

Em finais do século XIX, o Humanismo Marxista sustenta que o marxismo possui um “rosto humano”, que sua intenção é a liberação do homem de toda forma de opressão e de alienação. A preocupação de Karl Marx (1818-1883) era superar o que considerava uma contradição no pensamento moderno: direito do homem e direito do cidadão. Isto é, avaliava esse direito como membro de uma sociedade burguesa, por isso um homem egoísta, separado da comunidade. Esta liberação de forma coletiva seria conquistada pela construção da história – o materialismo histórico.

Já uma filosofia de crise foi disseminada a partir de Jean-Paul Sartre (1905-1980). Ao alegar a insuficiência das concepções anteriores, Sartre defendeu o Existencialismo como uma forma de humanismo. Considera o homem como um projeto em permanente devir, responsável pela soma de seus atos;

que vive subjetivamente, mas que supera a si próprio, na perseguição incessante de fins transcendentais. Pela tese da solidariedade universal, há consciência dos limites de sua situação no mundo, mas, ao optar, o homem escolhe a própria humanidade.

A perspectiva universalista evolui nos finais do século XX, para a qual Puledda exalta as reflexões do argentino Mario Luis Rodríguez Cobos, mais conhecido como Silo. Ao reconhecer as conquistas das visões anteriores, mas também as criticando, parte de alguns pressupostos:

Um mundo humano em que tudo que é produzido está "carregado" de sentido, de intenção, de porquê. Essa intenção é atribuída para superar a dor e o sofrimento. Com sua característica ampliação do horizonte temporal, o ser humano pode produzir diferentes respostas, escolher e planejar suas situações futuras. E é esta liberdade que lhe permite negar a si mesmo, negar aspectos de seu corpo, ou negar outros. Esta liberdade tem permitido que alguns seres humanos se apropriem ilegitimamente do todo social. Ou seja, para negar a liberdade e intencionalidade a outros seres humanos, reduzindo-as a próteses, os instrumentos de suas próprias intenções. Ali está a essência da discriminação, sendo sua metodologia a violência física, econômica, racial e religiosa [em tradução livre] (Puledda, 1999: 43).

Para superar a dor e o sofrimento, em par-

ticular suas causas, vislumbra-se uma atitude humanista que respeite e considere posições humanistas de diferentes culturas, como: ter o ser humano como o centro das preocupações; afirmação da igualdade de todos os seres humanos; reconhecimento da diversidade pessoal e cultural; tendência a desenvolver o conhecimento além do que é aceito como verdade absoluta; afirmação da liberdade de ideias e crenças; e repúdio à violência. Por isso mesmo, Silo levanta as seguintes teses:

Os humanistas são mulheres e homens deste século, desta época. Reconhecem os antecedentes do humanismo histórico e se inspiram nos aportes das distintas culturas, não somente daquelas que ocupam um lugar central neste momento;

– pensam no futuro, lutando para superar a crise geral do presente. São otimistas, acreditam na liberdade e no progresso social;

– são internacionalistas, aspiram a uma nação humana universal. Compreendem globalmente o mundo em que vivem. Não desejam um mundo uniforme, mas múltiplo: em etnias, línguas e costumes; múltiplo nas localidades, nas regiões e nas autonomias; nas ideias e nas aspirações; em crenças, o ateísmo e a religiosidade; múltiplo no trabalho e na criatividade;

– não querem amos; não querem dirigentes ou chefes, nem se sentem representantes nem chefes de nada. Não querem um Estado centralizado, nem um para es-

tado. Não querem exércitos policiais, nem grupos armados que os substituam;

– Mas entre as aspirações humanistas e as realidades do mundo de hoje, foi construído um muro. Agora, então, é o momento para derrubá-lo. Isto requer a união de todos os humanistas do mundo (Puledda, 1999: 44).

Após este breve panorama sobre essa trajetória histórica, podemos chegar a alguns pontos nevrálgicos que sinalizam o que humaniza e, especialmente, o que desumaniza as relações humanas.

O Humanismo Universalista apresenta como princípio superar a dor e o sofrimento. Em seus pressupostos, coloca-se como “homens e mulheres deste século”, enaltecendo desde já que a igualdade começa pela questão de gênero. Ao se dispor a pensar o futuro, denota-se a determinação de relevar o mal-estar e as angústias passadas e olhar de forma otimista e pacífica para um novo tempo. A visão internacionalista não aspira um mundo uniforme, mas que se reconheça e se respeite as diferenças. Se o desejo é um mundo igualitário, as relações de poder – de qualquer tipo – devem ser repensadas, pois estas levantam muros. Daqui podemos extrair, então, alguns vícios [aquilo que avilta e desumaniza] desenvolvidos pela sociedade e ainda não foram superados coletivamente: crença nas verdades absolutas; sede de poder; intolerância; recusa e ignorância pela cultura do outro; desrespeito ao diferente e às diferenças.

### 3 Análise: O que desumaniza no jornalismo?

A partir da identificação destes pontos nevrálgicos, cabe uma discussão sobre o que desumaniza o jornalismo. Em outros termos, o que desumaniza a relação entre os órgãos de imprensa (e seus jornalistas) e a sociedade. As relações de um meio de comunicação são complexas, não se restringem a contatos veículo-audiência, pois atua junto a uma quantidade inimaginável de grupos que não necessariamente a suposta audiência. Vamos discutir alguns casos sintomáticos:

Essa raça menor – “Made in Paraguai” é o título de reportagem de Veja em março de 2007. Seu subtítulo complementa: “A Funai tenta demarcar área de Santa Catarina para índios paraguaios, enquanto os do Brasil morrem de fome”. A matéria acusa uma suposta demarcação fraudulenta de Terra Indígena (TI) no Morro dos Cavalos, em Palhoça (SC). Através de uma apuração descuidada, o repórter cometeu equívocos de toda ordem em sua pretensa contextualização. Os bastidores desta reportagem dão conta que o jornalista ouviu prioritariamente o principal “denunciante” (nem citado na matéria) Walter Alberto Sá Bensousan, que vinha disseminando a versão de que aqueles índios “invasores” seriam “do Paraguai”.

A começar pelo título, que não corresponde aos fatos, “Made in Paraguai” denota um estigma: tudo e todos daquele país são falsificados. Vale lembrar que o país vizinho não falsifica nada, mas dispõe de uma zona franca em que são vendidos produtos importados, entre eles alguns falsificados na Coreia e China. Vários relatórios científicos, nas áreas da sociologia, da história e

da antropologia publicados em Santa Catarina contestam esta hipótese de que esta população indígena tenha migrado do Paraguai. Num texto cheio de ironia, certezas arrogantes – refere-se aos índios como *hermanos* (itálico proposital) –, o repórter atribui à Funai a alcunha de “indústria de reservas”. O trecho é lapidar: “Nos últimos vinte anos, a Funai se converteu numa indústria de reservas. O número de áreas demarcadas saltou de 210 para 611. As aberrações na delimitação de terras para índios são corriqueiras.”

Além de desqualificar os estudos técnicos daquela fundação, Veja desconsidera a razão do aumento dessas áreas. A Constituição de 1988 determinou prazo para a realização das demarcações, prazo que está atrasado por vários motivos, entre eles a resistência de grupos empresariais. Por fim, o repórter reafirma o discurso que contesta as “grandes extensões dessas áreas para abrigar tão poucos”.

Esta retórica sobre a relação extensão de terras e poucos índios tem sido usual nos últimos anos. Os conflitos na reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima foram alimentados por este sermão. Em reportagem sobre os “riscos de segurança nacional e de internacionalização da Amazônia”, a revista Istoé, de maio de 2008, também marcou posição sobre o assunto. Na matéria correlata “Muita terra para pouco índio”, a reportagem destacou:

A extensão das terras dos índios em Roraima é superior à área de um país como Portugal, de 92 mil quilômetros quadrados. Um símbolo maior da distorção na política de demarcação é a reserva Raposa Serra do Sol, que se estende

por 17 mil quilômetros quadrados e abriga apenas 18 mil índios, a maioria da etnia macuxi. Revista Istoé. Amazônia a soberania está em xeque.

Para justificar e reforçar a tese da “entrega da Amazônia aos índios e a ONGs estrangeiras”, a reportagem trouxe o depoimento de militares de alta patente:

– “A política indigenista está dissociada da história brasileira e tem de ser revista urgentemente” (general-de-exército Augusto Heleno Pereira).

– “A demarcação contínua coloca a soberania em risco. Daqui a pouco, os índios vão declarar a independência de seus territórios” (general-de-brigada Antônio Mourão, comandante da 2ª Brigada de Infantaria da Selva). Revista Istoé. Amazônia a soberania está em xeque.

Além de incorporar a argumentação e a postura da segurança nacional e do progresso material, nota-se que revista Veja desconsidera a cultura indígena, a história do país. Por ignorância ou por não aceitá-la.

As duas reportagens aqui tratadas revelam inúmeros equívocos, imprecisões, uma apuração mal feita? Apressada? A rigor, o problema está antes do trabalho de apuração, mas na concepção da pauta. Esta já estava imbuída de propósitos, convicções, certezas, crenças com raízes profundas. Por um lado, reflete a má interpretação dos princípios darwinistas pelo qual o índio é um ser

inferior, de hábitos primitivos, menor capacidade intelectual e, portanto, não deve ter direito de viver a sua cultura. De outro, esta “raça menor” não deve interferir no bem estar da “raça superior”. A carga de preconceitos e o reforço de estereótipos, entre outras mazelas, são insistentemente inculcados na audiência de modo a intensificar a intolerância e o desrespeito ao diferente.

Esses *vagabundos* – Uma sequência de reportagens do Diário Catarinense traz uma amostra do posicionamento do grupo de mídia em torno do recente movimento dos professores estaduais de Santa Catarina. A decisão do STF em estabelecer um piso salarial para a categoria provocou debates, embates e greves em todo o país. O governo de SC, após ter seu recurso negado naquele tribunal, iniciou uma conturbada negociação. Entre as propostas, o pagamento do piso, mas com o achatamento do plano de carreira, a diminuição de vários benefícios – alguns contrariando leis estaduais. Estes foram os motivos do movimento e a paralisação do professorado.

A cobertura do DC, além de contextualizar de forma insuficiente e imprecisa, assumiu uma postura pouco sutil no questionamento à categoria. Alguns trechos são sintomáticos:

Piso nacional de professores terá impacto de R\$ 1,8 bilhão Cálculo foi divulgado pela Confederação Nacional de Municípios (Agência Estado, 7 abr 2011)

[...] Na sexta-feira, a greve chegou ao terceiro dia. Segundo informações da secretaria de educação, mais da metade (52,74%) dos 39 mil professores aderiram ao movimento. Já o Sinte divulgou, na

sexta-feira, que 95% dos docentes pararam.

Cerca de 399.167 alunos dos 700 mil matriculados foram prejudicados. (da Redação, “Reunião entre governo e professores da rede estadual termina sem acordo em Florianópolis”, DC, 23 mai. 2011)

Governo de SC propõe pagar piso a magistério em desacordo com decisão do STF.

Secretaria de Educação quer pagar R\$ 1.187 incluindo gratificação [...] O aumento da remuneração para os 8.881 vai acarretar em R\$ 15 milhões de despesas a mais por ano. (Julia Antunes Lorenço, DC, 10 mai 2011).

Nesses poucos exemplos, o jornal destacou números, cifras, sobretudo os valores que podem representar o impacto nas contas do Governo. O esforço é nítido em levar aos leitores a conotação de que o atendimento das reivindicações da categoria (exageradas?) aumenta ainda mais os gastos públicos. Implicitamente: o Governo terá menos recursos – prejuízos.

Mostrar estimativas conflitantes de adesão ao movimento, de parte do órgão oficial e a representação da categoria, parece ter a intenção de provocar dúvidas sobre a veracidade das informações dos grevistas e a seriedade dos participantes. Note-se ainda que em várias matérias há ênfase no número de estudantes “prejudicados” pela greve.

A impressão é clara de que o DC operou no sentido de induzir a população contra o movimento. O grupo de mídia, ao assumir

o lugar de um tribunal, já julgou e condenou professores que “prejudicam” milhares de famílias que, pelos impostos, pagam os salários desses professores.

Essa *vadia* – Em agosto de 2005, o Correio Braziliense lançou o especial “Filhos da mãe”. O propósito era apresentar um retrato da situação dos filhos de prostitutas no centro-oeste brasileiro. E ficou no propósito, pois o que se constata é um infeliz discurso que discrimina, reafirma estereótipos e reforça preconceitos. Na reportagem “Rua do amor, hotel das delícias - Encontros rápidos no Dergo”, o subtítulo destaca:

O lixo do lixo do mercado do sexo em Goiânia chama-se Dergo. É um bairro comercial que nasceu nos anos 30 durante a construção da cidade e que desde aquela época acolhia boêmios e meretrizes nas mesas do famoso cabaré Trovão Azul. Hoje a fama do bairro é a pior possível. Duzentas mulheres disputam as calçadas imundas do bairro, onde sexo, cachaça e drogas são vendidos a preço de banana. (Magno, Ana Beatriz. Hotel das delícias. Encontros rápidos no Dergo. Especial Filhos da Mãe. Correio Braziliense. Brasília, 31 ago. 2005).

Desde já, a repórter estigmatiza o local – da pior forma possível. É a lata de lixo de Goiânia e, evidentemente, o seu conteúdo é lixo, a ralé, no antro da perdição. Na abertura, a jornalista apresenta a personagem central:

Cíntia Nascimento Silva cobra R\$ 15 pelos 110 quilos de gordura es-

palhados por um corpo flácido e um rosto melancólico. Espreme-se com seus clientes num quatinho de dois metros quadrados na Casa das Delícias. É analfabeta, nascida no interior, faz o que faz para sustentar a filha de nove anos, sua razão de viver. (Magno, Ana Beatriz. Hotel das delícias. Encontros rápidos no Dergo. Especial Filhos da Mãe. Correio Braziliense. Brasília, 31 ago. 2005).

Por todo o texto, a autora usa e abusa de frases como: “... a rechonchuda Cíntia é o retrato das mulheres dali”; ou “...algumas conclusões fundamentais sobre as raparigas do baixo meretrício”. Estas troças revelam a naturalidade com que a repórter pouco se importa com a pessoa Cíntia. Para a autora da reportagem, Cíntia – descrita como a obesa analfabeta e triste – é apenas a *vadia* que vive da prostituição para sustentar a família, vive no pior lugar do mundo, e foi eleita para “retratar” uma mácula da capital goiana.

#### 4 Síntese: Raízes

Reportagens como estas denotam problemas essencialmente éticos e, por isso mesmo, desumanizam. Elas sinalizam não só a linha editorial desses periódicos. Representam um microcosmo do pensamento da sociedade brasileira. Alberto Dines, desde a década de 1970, já alertava que não existe uma imprensa boa ou ruim, existe uma imprensa que atua num determinado tempo e lugar. Para o autor, a imprensa está instalada numa sociedade, é parte do mesmo bolo social (2009).

Por um lado, pode-se inferir que estes órgãos de imprensa publicam matérias dessa maneira porque há parcela expressiva da sociedade que pensa desta forma. Não significa, evidentemente, que o todo desta sociedade tenha que concordar com tal comportamento. Por outro ângulo, podemos visualizar que estas empresas jornalísticas ainda carregam, em sua rotina de trabalho, heranças de paradigmas que remontam a própria estruturação da imprensa como instituição.

O mesmo Alberto Dines, ao discorrer sobre algumas habilidades essenciais ao profissional, lembra dos termos *Weltanschauung* e *Weltschmerz*, do alemão concepção de mundo e dores do mundo, respectivamente (2009: 140). As matérias aqui discutidas, em princípio, podem refletir a preocupação destes veículos e de seus jornalistas com as dores do mundo. Parece, no entanto, que a visão de mundo desta imprensa e de seus repórteres mais causam dores ao mundo.

Ser solidário às dores do mundo ou causar dores ao mundo é um dilema ético. Como ressalta Bertrand Russel (1977: 24), a ética ocupa-se da vida, que é constituída de felicidade e pesar, esperança e medo, que nos fazem preferir uma espécie de mundo a outra. A reflexão permanente sobre o que é bem e o mal reflete o atendimento de desejos – individuais e coletivos. Para Russel, é ético tudo aquilo que é, preferencialmente, bom para si e para todos. O dilema ético emerge justamente quando conflitam os desejos e os interesses entre os bens parciais e os bens gerais (1977: 58). Por isso mesmo, as reportagens analisadas representam deslizes éticos que desumanizam. Sobre a questão indígena, os textos revelam a defesa do poder econômico em detrimento dos direitos e da cultura do diferente. No embate entre professores

mobilizados e governos estaduais, as reportagens marcam posição em favor do poder político e desqualificam os trabalhadores da educação. Quanto às trabalhadoras do sexo de Goiânia, a matéria adquire traços moralistas ao reduzir as mulheres a lixo. Em todas elas, constata-se intolerância, o reforço de estereótipos, o preconceito – que desumanizam.

Como já mencionei em outro momento, a constituição da imprensa como instituição ocorreu no século XIX, quando a sociedade ocidental experimentava um mundo moderno. O crescimento econômico, o progresso científico, a elevação da população alfabetizada favoreceram o surgimento da empresa jornalística, que adotou não só os modos de produção capitalista, mas – e justamente por isso – incorporou o pensamento predominante desse mundo moderno.

Os estudos de Descartes sobre o particular e o universal propiciaram extraordinário progresso científico. Conhecer minuciosamente as partes para entender o todo (análise e síntese) é um método pertinente para a compreensão de fenômenos em profundidade. Para praticar este método, pela visão cartesiana, deve-se fragmentar o objeto e, separado do todo, ser estudado. Eis o primeiro risco ao observador desatento: se concentrar no particular e, descuidadamente, não considerar o todo. Pior, pode cometer a falácia da generalização apressada – levar ao todo o que é característica daquela parte.

Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro, em “A arte de tecer o presente”, de 1973, fizeram a primeira citação na literatura do jornalismo brasileiro sobre a necessidade de contextualização, prática incontestada na rotina das redações atuais. Em reflexão mais recente, Medina reafirmou esta preocupação

ao ressaltar a falta de abrangência na construção do texto jornalístico (2008). A autora alerta sobre situações arriscadas em que o repórter trata de fatos isolados sem as devidas conexões com o todo. Este todo pode ter uma plêiade de significados históricos e culturais que não podem ser desprezados.

As reportagens aqui referenciadas, além dos problemas já apontados, parecem também ser decorrentes dessa visão fragmentada que trata de assuntos isoladamente sem considerar as múltiplas conexões possíveis. Este olhar reducionista e desconectado não se dá só no texto, mas se manifesta antes, na concepção de mundo de quem elaborou a pauta e do repórter que fez a leitura dessa pauta.

## **5 Autonomia ou individualismo?**

O trabalho de Descartes foi retomado por Kant, no mesmo objetivo de buscar a autonomia do homem. O Esclarecimento, ou a *Aufklärung*, como escreveu,

[...] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento (Kant, 2010: p. 63).

O uso da razão para alcançar a maioridade, em outros termos, significou “um esboço do

que poderia se chamar de atitude de Modernidade”, como escreveu Foucault (2000:p. 341). Ou como lembra Rouanet (1987), “no Iluminismo encontramos as bases programáticas da Modernidade”. Para o mesmo autor, no entanto, “sem dúvida nenhuma, a Ilustração ajudou a preparar a Modernidade, mas não podemos dizer que a Modernidade seja a Ilustração realizada”. (apud Moreira, 1993, p. 139)

Alberto Moreira, em “O projeto humano na modernidade”, desenvolve uma crítica lúcida sobre o assunto. Para o autor, a racionalidade iluminista reflete na Modernidade de várias maneiras e causa distorções questionáveis. Algumas características do homem ocidental parecem ter sido delineadas ali. Do homo sapiens, a racionalidade o tornou em homo faber, aquele que vale não pela essência humana, mas pelo que tem ou pelo que pode produzir com seu saber. Se o uso da razão lhe proporciona autonomia, liberdade por uma consciência individual, o estabelecimento de uma sociedade de consumo também o moldou individualista e competitivo. Como decorrência, o uso comum da razão crítica e o esforço pela partilha, socialização, de certa forma realizou-se às avessas, proporcionando uma uniformidade responsável pela extinção das diferenças individuais.

Estas considerações nos permitem compreender como tais características desse pensamento repercutem em reportagens como as aqui mencionadas. O desejo doentio pelo domínio da natureza, a acumulação de bens de uma sociedade de produção e de consumo estabeleceram uma mentalidade em que não há espaço para “índios improdutivos”. Também não deve haver melhores oportunidades para professores que prejudicam as famílias que pagam seus salários. Como também uma

“rechonchuda que vive da prostituição” não merece melhor tratamento.

## 6 O negativo do positivo

Augusto Comte (1798-1857) teve papel determinante na aplicação da racionalidade no pensamento científico. Para ele, o estado positivo, regime definitivo da razão, tem na observação a única base possível dos conhecimentos acessíveis à verdade, adaptados sensatamente às necessidades (apud Medina, 2008: 18). Em sua crítica ao positivismo comteano, Cremilda Medina sublinha que esta visão foi transmutada integralmente ao fazer jornalístico. Ao destacar um trecho de Comte,

“...o verdadeiro espírito positivo consiste, antes de tudo, em ver para prever, em estudar o que é, a fim de concluir disso o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais” (Medina, 2008: 19).

Cremilda nos alerta para os riscos da incorporação acrítica da racionalidade e do empirismo pelas redações jornalísticas. Se Newton estabeleceu, pela precisão matemática, o funcionamento mecânico da natureza, Comte reforçou a crença da possibilidade das verdades absolutas, pois tudo pode ser mensurado, testado e comprovado pelo experimentalismo. Tudo que é humano pode ser processado empiricamente como imaginava Comte? Para o jornalismo sistematizado a partir do século XIX todos esses princípios foram aplicados e responsáveis pelo diálogo (positivo) com a sociedade.

Por isso mesmo, não é difícil encontrar equipes de reportagem que, ou se apegam

à primeira impressão diante do que “observam”, e fazem pré-julgamentos, censuram, julgam e condenam; ou se apegam cegamente a dados e informações de fontes oficiais, de “autoridades” científicas, e também julgam e condenam. Assim, a cultura, a história, o não dito, o não revelado no imediato, são desprezados.

Em sua crítica ao pensamento moderno, Boaventura de Souza Santos argumenta que a ciência moderna tem o monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso. Tal monopólio é estendido a vários setores da vida social, o que se manifesta no desenvolvimento de um pensamento abissal, um sistema de distinção através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos (2007). De um lado, o europeu, branco, detentor da ciência, da cultura e do poder econômico; do outro, o colonizado, o explorado, o negro, o índio, o pobre, o selvagem, o marginal. De certa forma, o pensamento moderno levou à imprensa o mesmo pensamento abissal – que separa, discrimina, exclui e marginaliza. Por isso mesmo, minha crítica à desumanização no jornalismo procede quando se observa que alguns órgãos de imprensa contribuem para o alargamento das distâncias entre esses dois universos a que se refere Santos.

## 7 Jornalismo humanizado... é possível?

Após estas discussões, pode-se questionar: afinal, o jornalismo humanizado é possível? Sim, e temos muitas e boas referências nesse sentido. Pode-se afirmar que há uma tradição brasileira de um jornalismo humanizado, a começar por Raul Pompéia. Suas crônicas

foram publicadas em vários jornais do sudeste brasileiro, especialmente entre 1880 e 1894. Contemporâneo de Machado e Bilac, Pompéia relatou as cenas brasileiras com a primazia do escritor e o espírito do jornalista. Em “Carnaval do Recife”, por exemplo, descreve a aglomeração dos foliões com a chegada dos blocos à praça com suas fantasias coloridas e os rostos pintados – de branco e de preto. A rigor, Pompéia discute preconceitos e a miscigenação racial. Por sinal, contribuiu com o estabelecimento do que conhecemos como um gênero jornalístico genuinamente brasileiro – a crônica.

Se Pompéia foi o escritor com vocação jornalística para fazer a leitura de mundo por suas crônicas, João Paulo Barreto (1881-1921) inaugurou uma nova fase: a reportagem. João do Rio institui a figura do repórter, que vai à rua para vivê-la, senti-la, com a mente e o coração abertos para captar no cotidiano a informação e expressar o Rio de Janeiro do início do século XX. Em *A alma encantadora das ruas*, onde estão reunidas várias de suas crônicas, João do Rio passeia pelos mercadores de livros, os músicos ambulantes ou os trabalhadores da estiva, passando pelos velhos cocheiros e as mariposas de luxo. Ele transforma suas crônicas em reportagens, porque foi às ruas para buscá-las.

Personagens como os “Trabalhadores da estiva” também foram tratados por João Antônio na lendária *Realidade*. A revista que marcou época por sua grande ênfase no gênero reportagem, trouxe “Um dia no cais”, um conto-reportagem do escritor-jornalista, em sua edição de setembro de 1968. João Antônio é considerado um extraordinário intérprete do submundo, da marginalidade. Quarenta anos mais tarde, ao reverenciar João Antônio, a revista *Brasileiros* revisitou

a zona portuária de Santos (nº 16, novembro 2008). Além de transcrever um trecho do texto original, publicou “Outras noites no cais” com o mesmo intuito de desnudar as vidas que constroem a rotina do maior porto da América Latina.

Pompéia, João do Rio e João Antônio são alguns dos muitos que deixaram seu legado às gerações atuais, que vêm cumprindo com dignidade o papel de narrar a contemporaneidade. A título de ilustração, vou relatar apenas um exemplo.

Eliane Brum é uma profissional que tem se destacado por seu olhar especial ao humano. Em “Uma família no governo Lula”, publicada na revista *Época* em dezembro de 2010, a repórter quis mostrar as conquistas da classe C em direção à classe média, em decorrência das políticas econômicas e sociais do governo Lula Silva. Ao longo da matéria, a repórter apontou todos os números e cifras que o assunto exigia, mas foi além. Descreveu as mudanças na vida da família Costa Pereira durante os oito anos do governo petista.

O comportamento da repórter revela sua preocupação desde a pauta. Não queria ficar exclusivamente nas políticas sociais e nas estatísticas que tais projetos teriam proporcionado. Escolheu uma família que tivesse vivido transformações e que pudessem ser sentidas, desde a situação de desemprego do seu patriarca, Hustene, em 2002, até o estado de maior conforto que a família desfrutava em finais de 2010. O diálogo entre os dados concretos e as mudanças visíveis na vida dos Costa Pereira, humanizam o relato. Humanizam não só porque Eliane eleva a família à condição de personagem, mas porque não faz julgamentos, respeita a diversidade, não trata com preconceito nem as ações de go-

verno ali tratadas, nem dos personagens que descreveu.

Quem acompanha o trabalho de Eliane Brum percebe sua postura sempre respeitosa diante das fontes e do público. Esta lhe tem assegurado tratar de qualquer tema sem prejulgamentos, sem preconceitos, sem correr qualquer risco de estereotipar ou cair em generalizações apressadas. Em seu percurso no jornalismo transparece suas marcas de visão de mundo – abertura de mente e de espírito para compreender a complexidade da vida.

Das referências de Raul Pompéia a Eliane Brum aqui selecionadas percebe-se que não considero humanização apenas a forma. Tratar a pessoa mais que uma fonte, mas como personagem de uma história, sim, é uma das possibilidades de humanizar o relato jornalístico. Mas podemos superar essa visão reducionista. Humanizar começa na “leitura da pauta”, por um olhar que vai além da fórmula. O jornalismo humanizado produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista. No trabalho de apuração, busca versões verdadeiras e não, necessariamente, produz a verdade, pois o repórter não se relaciona com um objeto, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, sua busca envolve a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação – é a expressão dos sentidos da consciência. Na procura da essência dos fenômenos, atribui-lhe significados, os sentidos, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a compreensão das ações humanas.

Em sua relação com o mundo, o jornalista esvazia-se de preconceitos de modo a captar, ver e enxergar, ouvir e escutar, questionar e

sentir. Munido de uma racionalidade criativa e da emoção solidária, assume a postura de curiosidade e descoberta, de humildade para sentir as dores do mundo (Dines), de empatia, de solidariedade às dores universais (Medina). Como consequência, sua narrativa será a organização do que está disperso, com as ligações do que está desconexo, rica em contexto que possa esclarecer, proporcionar compreensão. Assim, seu trabalho respeita as diferenças de qualquer natureza e se isenta de prejulgamentos, de preconceitos e estereótipos. Sua narrativa adquire caráter emancipatório, pois, de forma humanizada, seu ato é humanizador.

### **Considerações finais**

Tenho dedicando esforços para refletir e compreender o que chamo de jornalismo humanizado. Ainda que nos últimos anos eu tenha conseguido expressar alguns aspectos que contemplam tal noção, neste artigo procuro sistematizar de forma mais apurada meu entendimento sobre esta abordagem. Esta perspectiva para o jornalismo tem ganhado espaço e tem havido quantidade expressiva de trabalhos com a mesma preocupação. Este é um caminho em que ainda há muito a ser percorrido. Este é apenas um passo.

Ao longo deste texto, apresentei argumentos que acredito fundamentar o jornalismo humanizado. Com o apoio das interpretações de Salvatore Puledda tracei um panorama dos esforços da sociedade ocidental em busca da humanização, para chegar ao Humanismo Universalista defendido por Silo. Reconheço que Puledda e Silo sejam pouco conhecidos no Brasil, fato que não desqualificam seus pontos de vista. O empenho

pela superação da dor e do sofrimento revela como as principais fontes deste estado de ser: as questões de autoridade, o desrespeito às diferenças e aos diferentes e, com isso, a origem de estereótipos e preconceitos. Vencer tais posturas é essencial ao estabelecimento desse mundo universalista.

É importante ressaltar que esta visão coaduna-se com outras igualmente interessantes e pertinentes à consecução dos ideais de igualdade e bem estar. Os escritos de Fritjof Capra e de Edgar Morin, por exemplo, têm colaborado significativamente para a construção de uma teoria da Complexidade. Ao relativizar os paradigmas fundamentados nas certezas, as noções do pensamento complexo pressupõem o funcionamento da natureza de forma sistêmica. Daí, superando o entendimento cartesiano de o todo ser a soma das partes, esta nos proporciona a consciência da interdependência – de integração entre as partes, das partes com o todo e do todo com cada uma das partes. Esta noção de interdependência – elaborada a partir dos estudos da física subatômica – identifica-se plenamente com os preceitos do Humanismo Universalista.

Uma das principais preocupações deste artigo foi levantar algumas razões que tornam necessária a humanização no jornalismo. Para tanto, precisei identificar o que e em que esse jornalismo é desumanizado. As referências que ilustram tal desumanização revelam os pontos nevrálgicos da sociedade repercutidos no próprio fazer jornalístico. Tais exemplos denotam problemas éticos e, por isso mesmo desumanizam, porque esclarecem menos e alargam as distâncias, mais provocam dor do que se solidarizam com as dores do mundo.

Ao retomar as finalidades do jornalismo,

explicitados por Kovach e Rosenstiel (2004: 31), e os deveres preconizados por Fraser Bond (1962: 17-19): (1) fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar; (2) independência, imparcialidade, exatidão, honestidade, decência e responsabilidade;...e ao constatar as distorções que as reportagens aqui discutidas apresentam, permite-nos colocar o Humanismo Universalista como alternativa concreta para ajustes de percurso em nosso fazer jornalístico.

Humanizar o jornalismo é possível. A superação destas questões não depende de atitudes de uma parte ou de outra, mas de todos. Como argumenta Edward Said, a prática do humanismo e a prática da cidadania participativa são complementares. O objetivo do humanismo é tornar mais coisas acessíveis ao escrutínio crítico como o produto do trabalho humano, as energias humanas para a emancipação e o esclarecimento, além das interpretações errôneas do passado e do presente coletivo. E enfatiza:

Jamais houve uma interpretação errônea que não pudesse ser derubada. Jamais houve uma história que não pudesse ser em algum grau recuperada e compassivamente compreendida em seus sofrimentos e realizações. Inversamente, jamais houve uma injustiça secreta vergonhosa, um castigo coletivo cruel ou um plano manifestamente imperial de dominação que não pudesse ser desmascarado, explicado e criticado (Said, 2007: 42).

## Referências

- Barreto, J.P. (2008). *A alma encantadora das ruas*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret.
- Bond, F.F. (1962). *Introdução ao jornalismo*. 2. ed. Tradução de Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Agir.
- Cherry, C. (1981). *A comunicação humana*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix/Edusp.
- Coutinho, A. (org) (1982). *Raul Pompéia – Obras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Dines, A. (2009). *O papel do jornal e a profissão de jornalista*. 9. ed. São Paulo: Summus.
- Foucault, M. (2000). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense.
- Kant, I. (2010). *Resposta a pergunta: Que é esclarecimento?*. Textos Seletos. 3.ed. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes.
- Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2004). *Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. 2. ed. Tradução de Wladir Dupont. São Paulo: Geração.
- Lage, N. (1985). *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática.
- Medina, C. (2008). *Ciência e jornalismo: Da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Summus.
- Moreira, A. (1993). “O projeto humano na modernidade” in: Medina, C. & Greco, M. (orgs.). *Do hemisfério sol – O discurso fragmentalista da ciência – Novo pacto da ciência 2*. São Paulo: ECA/CJE/CNPq.
- Morin, E. (2006). *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina.
- Puledda, S. (1999). *On being human: interpretations of humanism from the renaissance to the present*. San Diego: Latitude Press.
- Rouanet, S.P. (1987). *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Cia das Letras.
- Russel, B. (1977). *Ética e política na sociedade humana*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar.
- Said, E.W. (2007). *Humanismo e crítica democrática*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras.
- Santos, B.S. (2007). “Para além do pensamento abissal” in Coimbra: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 79, outubro, p. 3-46.

## Reportagens

- AGÊNCIA ESTADO. Piso nacional de professores terá impacto de R\$ 1,8 bilhão. Diário Catarinense, Florianópolis. Disponível em: Clicrbs. Acesso em: 15 jun. 2011.
- AMAZÔNIA: a soberania está em xeque. Revista Istoé, São Paulo. Editora Três, n.

2012, 28 maio 2008. Disponível em Isto e. Acesso em: 4 jul. 2011.

Brum, E. Uma família no governo Lula. Revista Época, São Paulo, Globo, n. 659, 29 dez. 2010. Disponível em Revista epoca. Acesso em: 21 maio 2011.

Edward, J. Made in Paraguai. Revista Veja, São Paulo. Abril, n. 1999, 14 mar. 2007. Disponível em Veja. Acesso em: 2 jul. 2011.

Fuhrmann, L. Outras noites no cais. Revista Brasileiros, São Paulo, Brasileiros Editora, n. 16, nov. 2008. Disponível em: Revista. Acesso em: 28 abr. 2012.

Lourenço, J.A. Governo apresenta medida provisória para os professores nesta segunda em Florianópolis. Diário Catarinense, Florianópolis. Disponível em: Clicrbs. Acesso em: 15 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Governo de SC propõe pagar piso a magistério em desacordo com decisão do STF. Diário Catarinense, Florianópolis. Disponível em: Clicrbs. Acesso em: 15 jun. 2011.

Magno, A.B. Hotel das delícias. Encontros rápidos no Dergo. Especial Filhos da Mãe. Correio Braziliense, Brasília, 31 ago. 2005.

Reunião entre governo e professores da rede estadual termina sem acordo em Florianópolis. Diário Catarinense, Florianópolis. Disponível em: Clicrbs. Acesso em: 15 jun. 2011.